

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.194 - GO (2019/0268209-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS E OUTRO(S) - GO026634
AGRAVADO : CARLOS FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO : ALUÍZIO GERALDO CRAVEIRO RAMOS - GO017874

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. 1. PRESCRIÇÃO. PRAZO VINTENÁRIO OU DECENAL. SÚMULA 83/STJ. 2. REVISÃO DE CONTRATOS EXTINTOS PELO PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 286/STJ. 3. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. ÍNDICE DE 41,28% REFERENTE À VARIAÇÃO DO BTNF. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 4. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO. DESEMBOLSO. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Carlos Francisco da Silva ajuizou ação de conhecimento contra Banco do Brasil S.A. postulando a declaração da abusividade de cláusulas contratuais, a revisão do saldo devedor, com adoção do BTNF como índice de correção monetária, e a repetição do indébito em dobro.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedentes os pedidos iniciais para determinar a devolução dos valores pagos a maior, consubstanciados na diferença resultante da rejeição do IPC (84,28%), como índice de atualização monetária, e a aplicação do BTNF (41,28%).

Interposta apelação pelo banco, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás manteve a decisão monocrática proferida pelo Desembargador relator, a qual deu parcial provimento à insurgência para excluir as Cédulas Rurais Pignoratícias de n. 92/02550-1 e 94/01743-3 do montante a ser restituído.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 810-825):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JULGAMENTO REALIZADO UNIPESSEALMENTE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FATOS A JUSTIFICAR A RECONSIDERAÇÃO PRETENDIDA. INOVAÇÃO RECURSAL.

I - Observadas as exigências legais constantes do art. 557 do CPC, não existe qualquer óbice ao julgamento unipessoal.

2 - Se o agravante não demonstra qualquer motivo plausível nas razões do recurso, de forma robusta,, capaz de ensejar a reforma da decisão atacada, impositiva, é a sua manutenção.

3 - Tratando-se de inovação recursal a insurgência posta tão somente neste momento processual, imperioso é o seu não conhecimento.

RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

O banco interpôs recurso especial, o qual foi provido monocraticamente por este signatário, a fim de cassar o acórdão que julgou os embargos de declaração, determinando que a Corte estadual suprisse a omissão apontada (e-STJ, fls. 907-910).

Em novo julgamento dos aclaratórios, o Tribunal *a quo* acolheu os embargos para sanar omissão com o intuito de dar provimento ao agravo interno e considerar inviável a utilização, na repetição do indébito, dos mesmos encargos adotados pela casa bancária na cédula bancária.

Confira-se a seguinte ementa (e-STJ, fls. 947-961):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. OCORRÊNCIA.

Consoante o posicionamento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça, considera-se indevida, quando da restituição do indébito, a utilização dos mesmos encargos contratados, razão pela qual deve ser afastada a incidência dos juros remuneratórios.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

A instituição financeira interpôs novo recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 3º e 267, VI, do CPC/1973; 6º, §§ 1º e 2º, e 20 da Lei n. 8.024/1990; 6º da Lei n. 8.088/1990; 1º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.899/1981; e 6º, § 1º, do DL n. 4.657/1942.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou, em síntese, a impossibilidade revisão de cláusulas contratuais de relações jurídicas extintas pela quitação e necessidade de se reconhecer a prescrição do direito do autor. Aduziu, ainda, ser impositiva a adoção do IPC como índice de correção monetária a incidir no mês de março de 1990 e da data do ajuizamento da ação como o termo inicial da correção monetária.

Contrarrazões às fls. 1.012-1.014 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidirem as Súmulas n. 83 do STJ e 282 do STF.

Irresignada, a casa bancária apresenta agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 1.047-1.049 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Em relação à prescrição, o acórdão recorrido se alinhou à jurisprudência desta Corte Superior ao determinar que o prazo prescricional a ser aplicado à espécie é o vintenário na vigência do CC/1916, ou o decenal quando vigente o CC/2002.

Esse entendimento foi firmado, inclusive, no REsp n. 1.361.730/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos pela Segunda Seção do STJ, tendo recebido a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (CPC/73, ART. 543-C). PROCESSUAL CIVIL. CIVIL E BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO: VINTENÁRIO NO CÓDIGO CIVIL/1916 (ART. 177); TRIENAL NO CÓDIGO CIVIL/2002 (ART. 206, § 3º, IV). TERMO INICIAL: DATA DO PAGAMENTO. CASO CONCRETO: RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973: 1.1. - "A pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural prescreve no prazo de vinte anos, sob a égide do art. 177 do Código Civil de 1916, e de três anos, sob o amparo do art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a norma de transição do art. 2.028 desse último Diploma Legal"; 1.2. - "O termo inicial da prescrição da pretensão de repetição de indébito de contrato de cédula de crédito rural é a data da efetiva lesão, ou seja, do pagamento."

2. Caso concreto: prescrição da pretensão.

Superior Tribunal de Justiça

3. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1361730/RS, Rel. Min. Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 10/08/2016, DJe 28/10/2016)

Incidência da Súmula 83/STJ no ponto.

No que tange à possibilidade de revisão dos contratos extintos, a lei garante aos contratantes o direito de discutir a validade das cláusulas constantes da avença, especialmente as que possam significar cobrança de taxas excessivas ou ilegais.

Assim, os contratos bancários são passíveis de revisão judicial, ainda que tenham sido objeto de novação ou tenham sido extintos pelo pagamento, pois não se podem validar obrigações nulas (Súmula 286 desta Corte).

Ressalte-se que "ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção desta Corte Superior já manifestaram o entendimento segundo o qual a possibilidade de revisão de contratos bancários permitida pela Súmula n. 286/STJ se estende também a situações de extinção contratual decorrentes de quitação." (AgRg no AgRg no REsp n. 933.221/RS, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 16/11/2010).

Em relação à questão de fundo trazida nos autos, está pacificado nesta Corte o entendimento de que, no mês de março de 1990, a correção monetária dos débitos das cédulas de crédito rural, com previsão de indexação monetária pelos índices da caderneta de poupança, deve ser calculada pelo índice de variação do BTNF, no percentual de 41,28%.

Nesse sentido, anote-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PLANOS ECONÔMICOS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MARÇO DE 1990. BTNF. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Ausente qualquer fundamento relevante capaz de desconstituir a decisão agravada, deve ela ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

2. Consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide o BTNF de março de 1990 na atualização monetária do saldo devedor de cédulas de crédito rural.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1423395/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA,

Superior Tribunal de Justiça

julgado em 15/05/2014, DJe 17/06/2014)

DIREITO CIVIL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. ÍNDICE DE 41,28% REFERENTE À VARIAÇÃO DO BTN. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EM SEDE DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE.

- Aplica-se o BTN de 41,28% no mês de março de 1990, nas cédulas rurais cujo débito esteja vinculado aos índices da caderneta de poupança.

- A ausência de menção da alegação de prescrição da pretensão do autor contrarrazões ao recurso especial da parte adversa importa o reconhecimento da preclusão consumativa e impede a apreciação da matéria em sede de agravo regimental, ante a vedação da inovação recursal.

- Agravo no recurso especial não provido. (AgRg no REsp 1270936/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 19/11/2012)

Assim, torna-se inafastável a aplicação do enunciado n. 83 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

No tocante ao termo inicial da correção monetária, o acórdão recorrido determinou que a atualização se desse a partir do efetivo desembolso dos valores, enquanto a instituição financeira defende a sua incidência desde o ajuizamento da ação.

Dessa forma, constata-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência deste Sodalício, pois a correção monetária não é um *plus* mas sim um *minus*, com a finalidade de manter atualizado o valor devido.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REEMBOLSO DE VALORES PAGOS. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO DESEMBOLSO. SÚMULA 83 DO STJ. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "No tocante ao termo inicial, é devida correção monetária desde o desembolso" (AgRg no Ag 682.404/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 21/08/2008, DJe 11/09/2008).

2. Aferir se houve ou não sucumbência recíproca demandaria

Superior Tribunal de Justiça

reexame de provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 714173/SP, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015)

AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO AGRÍCOLA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CORREÇÃO. PLANO COLLOR. PRELIMINARES DE COMPETÊNCIA DO STJ E CABIMENTO DA RESCISÓRIA AFASTADAS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DOS MESMOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO ESTABELECIDOS NO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. PRERROGATIVA EXCLUSIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. DESCABIMENTO. TERMO INICIAL. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

[...] 6. No tocante ao termo inicial, é devida correção monetária desde o desembolso.

7. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (AR 4393/GO, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, relatora para acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 09/03/2016, DJe 14/04/2016)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator